

## REUNI NO CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: NÚMEROS, AVANÇOS E RETROCESSOS

Agercicleiton Coelho Guerra<sup>1</sup>  
Antônia Rozimar Machado e Rocha Machado Rocha<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo analisar os números do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), realizando uma análise do impacto do programa na estrutura do ensino superior e no trabalho docente. Para, além disso, o trabalho relaciona o processo de implantação do REUNI com o empresariamento do ensino superior brasileiro, por meio da adoção de mudanças na estrutura curricular e no aumento da relação professor-aluno. Como metodologia, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental com base em estatísticas e documentos elaborados com base no período do REUNI (2007 – 2012). Além da utilização de estudos realizados por autores como, Antunes (2009), Aguisar (2008), Ferreira (2010), Lima (2011), entre outros. Como resultados podemos constatar que a implementação do REUNI em todo o Brasil aconteceu de forma aligeirada, causando uma precarização estrutural, pois ao mesmo tempo em que aumentou o ingresso de alunos nas universidades as estruturas para receber os alunos ainda estavam em período de construção. A precarização também foi estendida ao trabalho docente com o aumento da relação professor-aluno de 12 para 18. Concluímos que o REUNI alterou a dinâmica do trabalho docente nas universidades, com um foco maior no ensino, além disso, mudou a estrutura curricular com a criação dos chamados bacharelados e licenciaturas interdisciplinares. A expansão também foi baseada na ampliação de vagas por meio do ensino a distância com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) que propicia ao aluno um foco apenas no ensino, não propiciando ao aluno uma experiência com a pesquisa e extensão universitária. A ampliação de vagas no ensino superior propiciou a expansão das universidades algo que não acontecia desde a década de 1990, contudo salientamos que essa expansão se deu de forma desordenada, sem as devidas condições de infraestrutura para alunos, professores e servidores. O programa teve seu fim em 2012 sem a sua devida continuidade deixando como legado em muitas universidades obras inacabadas e espaços que nunca foram entregues a comunidade universitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** REUNI. Ensino superior. Universidade.

### REUNI IN THE CONTEXT OF THE FEDERAL UNIVERSITIES: NUMBERS, ADVANCES AND KICKBACKS

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to analyze the numbers of the Federal Universities Expansion and Restructuring Program (REUNI), performing an analysis of the impact of the program on the structure of higher education and teaching work. In addition, the paper relates the process of implementing REUNI with Brazilian higher education entrepreneurship, through the adoption of changes in the curricular structure and in the increase of the teacher-student relationship. As a methodology, we used bibliographical and documentary research based on statistics and documents prepared based on the REUNI period (2007 - 2012). In addition to the use of studies carried out by authors such as Antunes (2009), Sguissard (2008), Ferreira (2010), Lima (2011), among others. As a result we can see that the implementation of REUNI throughout Brazil happened in a lightened way, causing a

<sup>1</sup> Mestre em Educação. Universidade Federal do Ceará.

<sup>2</sup> Professora da Universidade Federal do Ceará - UFC - Depto. de Fundamentos da Educação. Doutora em Educação Brasileira (2009); Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (2003); Graduada em Pedagogia (1992). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da UFC. Pesquisadora de Ensino Médio, Educação Profissional, Capitalismo Contemporâneo, Política, Planejamento e Gestão educacional. Coordenadora do Projeto Cine Cena Social.

structural precariousness, because at the same time that increased the entrance of students in the universities the structures to receive the students were still in construction period. Precarization was also extended to the teaching work with the increase of the teacher-student ratio from 12 to 18. We conclude that the REUNI changed the dynamics of teaching work in universities, with a greater focus on teaching, in addition, changed the curricular structure with the creation of so-called baccalaureate and interdisciplinary degrees. The expansion was also based on the expansion of vacancies through distance learning with the Open University of Brazil (UAB), which provides the student with a focus on teaching only, not providing the student with an experience with university research and extension. The expansion of vacancies in higher education propitiated the expansion of universities something that had not happened since the 1990s, but we point out that this expansion occurred in a disorderly way, without the proper infrastructure conditions for students, teachers and servers. The program ended in 2012 without its due continuity leaving as legacy in many universities unfinished works and spaces that were never delivered to the university community.

**KEYWORDS:** REUNI. Higher education. University.

## 1 INTRODUÇÃO

Nesse trabalho temos como objetivo abordar como se deu a expansão do REUNI, trazendo os números de instituições criadas como, também, a contratação de professores e servidores e o número de vagas, tanto presenciais, como as vagas ofertadas na UAB (Universidade Aberta do Brasil). Para uma compreensão maior desse processo, serão utilizados relatos de professores e estudantes apresentados por pesquisadores sobre a expansão e criação de novas instituições por meio do REUNI.

As universidades brasileiras vivenciaram uma grande crise durante toda a década de 1990, decorrente da política neoliberal do governo FHC, pois o ensino superior, durante esse período, teve um baixo investimento e, praticamente, estagnou em relação à criação de vagas e de novas instituições, enquanto o setor privado crescia de forma intensa, representando um maior número de instituições e vagas no ensino superior. Passado esse período, com o início dos governos petistas<sup>3</sup>, esse cenário apresentou mudanças significativas e, logo a partir de 2003, a expansão de vagas nas instituições de ensino superior já estava em andamento. Conforme dados do MEC, de 2003 a 2007, período que antecedeu a implementação do REUNI, as ofertas de vagas cresceram 111%, o que representa a criação de 30

---

<sup>3</sup> Nos nossos estudos, compreendemos que as formas de gestão do Estado nos governos petistas não rompem com a política neoliberal, em alguns setores sociais temos avanços, porém, o cenário de privatização de importantes partes do Estado continua em pleno vigor.

mil vagas.

**Gráfico 1** - Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2011.



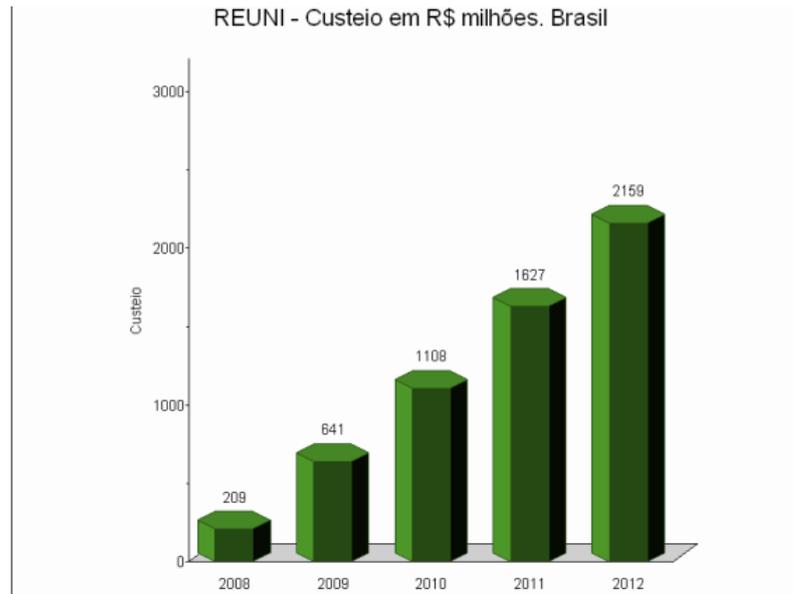
Fonte: Censo/Inep.

No entanto, se analisado o período entre 2007 e 2011, o número de vagas cresceu de forma bem mais intensa durante esse período, como demonstra o Gráfico 1. Nesse período, o número de vagas criadas em universidades atingiu quase 100 mil vagas, muitas delas provenientes de novas universidades implantadas no interior dos estados brasileiros por meio da implementação do REUNI.

Com a perspectiva de uma crescente expansão das vagas no ensino superior, o governo ainda ampliou o número de vagas por meio da EAD. Essa expansão da modalidade a distância se deu após a criação, em 2006, da Universidade Aberta do Brasil (UAB). As matrículas na modalidade a distância cresceram em torno de 520% no período de 2003 a 2011.

Com o objetivo de atender à crescente demanda de vagas, como também, a implantação de novos *campi*, o orçamento disponibilizado para as universidades também apresentou uma elevação, como demonstra o Gráfico 2.

**Gráfico 2** – REUNI – Custeio em Milhões de reais.

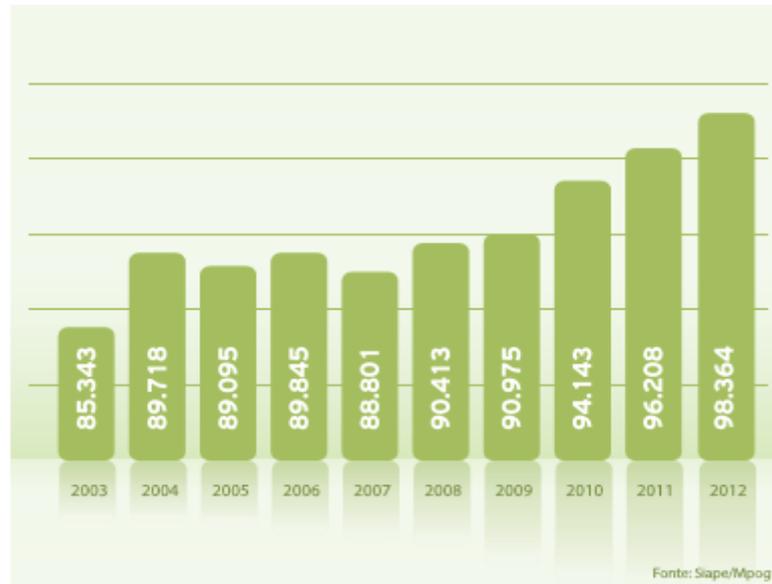


Fonte: MEC (2007)

A partir da análise do gráfico, é perceptível um crescente investimento no valor repassado às universidades, principalmente, no período de 2009 e 2010. Os valores repassados às universidades foram aplicados de acordo com o plano elaborado pela instituição, com objetivo de atender as metas do REUNI. Caso as metas não estivessem sendo atendidas, o repasse dos recursos sofreria cortes. Apesar do aumento de investimento nas universidades brasileiras, o valor de custo por aluno ainda foi bastante baixo, após a implantação do REUNI, o valor de custo por aluno ficou em torno de R\$1.400. Se aplicado esse valor aos alunos provenientes da EAD, esse custo diminui ainda mais. Dentre os países da América Latina, é um dos mais baixos custos por aluno nas universidades (SOARES *et al*, 2009).

O quadro de contratação dos servidores técnicos administrativos também foi ampliado, como demonstra o Gráfico 3.

**Gráfico 3** – Número de técnicos administrativos nas universidades federais de 2003 a 2012



Fonte: Siape/MPOG

Ao analisar o período de 2003 a 2012, constata-se um crescimento de 16% no quadro de servidores, apesar de estar em constante crescimento desde 2003, apenas em 2009 o número de servidores aumenta de forma significativa, período em que o REUNI já estava em vigor, como também o número de alunos nas universidades já havia crescido de forma significativa.

Com o maior investimento proveniente dos recursos do REUNI, foi possível a contratação de um maior efetivo de professores, diminuindo o quadro de professores substitutos nas universidades. De acordo com os dados do MEC, no período de 2008 a 2012, houve a criação de 21.786 novas vagas docentes e, com essas contratações, a presença de professores substitutos nas universidades foi reduzida em 64%, o que configura uma importante medida, pois amplia o espaço de pesquisa e extensão dentro da universidade.

Apesar da importante ampliação no número de professores, em algumas universidades essa oferta está abaixo do necessário para a demanda criada pelo REUNI. O relatório elaborado pelo Comando de Greve dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas (UFAl) mostra que, entre 2005 e 2010, as matrículas da instituição cresceram 129%, enquanto a contratação de docentes cresceu 33% e de técnicos apenas 5,5%. Fato semelhante também aconteceu na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). O Comando de Greve dos Docentes constatou que, na instituição, as matrículas, no período de 2007, eram de 12.997 e cresceram para 19 mil alunos, estabelecendo uma relação de 1 professor

para 28 alunos. Na Universidade Federal de Mato Grosso, o levantamento realizado pelo Andes revelou que, em 2013, a universidade possuía 268 docentes, 114 substitutos e 154 temporários trabalhando em situação precária, pois não possuem os mesmos direitos trabalhistas dos outros professores concursados (OLIVEIRA, 2013).

Mesmo com a realização de concursos, as universidades ainda apresentavam, em seu corpo docente, um grande quadro de substitutos. Para agravar esse quadro, o governo, em 2011, ainda alterou a Lei nº 8.745/1993, que limitava o número de professores substitutos a 10%. Em junho de 2011, o governo aprovou a lei nº 12.245, que ampliou para 20% o número de professores substitutos. Após adotar essas medidas, o Ministério da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão ainda baixou uma portaria, autorizando a contratação de 3.591 professores temporários (OLIVEIRA, 2013).

Os relatos da precarização do trabalho docente também podem ser presenciados além dos documentos oficiais. Relatos, como de um professor da UFCG, demonstram o intenso ritmo de precarização dos docentes, o professor relata que chegou a presenciar 80 alunos em uma disciplina, número que antes raramente chegava a 30. Outro docente aponta a intensa carga horária de trabalho na UFMT, pois seu plano de atividades consta 40 horas, mas na verdade chega a 80 por semana. Para além da intensificação do trabalho, os professores relatam a falta de tempo para orientarem seus alunos (OLIVEIRA, 2013).

Para além da intensificação da carga horária de trabalho, as universidades, localizadas no interior, apresentavam condições de trabalho precárias, fato que afastava os docentes que atuavam nesses *campi*. Na Universidade Federal do Pará (UFPA), o *campus* possui apenas um pavilhão de salas e, em outra cidade próxima, os professores dão aula em uma escola pública, enquanto as obras do REUNI não são concluídas.

Além da ampliação das matrículas, de servidores e de docentes, a implementação do REUNI possibilitou o crescimento da universidade quanto a sua estrutura física.

**Tabela 1** – Número de obras concluídas em m<sup>2</sup> nas universidades federais.

TITULAÇÃO	NÚMEROS	M²
<b>TOTAL</b>	<b>1.588</b>	<b>3.065.735,17</b>
Laboratórios	368	321.055,11
Salas de aula	292	550.025,41
Bibliotecas	43	58.414,97
Restaurantes	61	67.671,35
Moradias	33	38.174,12
Espaços administrativos	182	181.552,70
Áreas multifuncionais	260	770.724,22
Apoio à comunidade	67	47.231,43
Áreas esportivas	43	107.050,97
Auditórios	27	44.169,92
Infraestrutura	212	879.664,97

Fonte: Semec/MEC

Fonte: Semec/MEC

Além desses espaços criados, também houve a construção de novas moradias destinadas a estudantes, restaurantes universitários e espaços esportivos. Apesar da ampliação dos espaços, muitas críticas foram direcionadas ao fato de que, com a ampliação das vagas, pelo REUNI, e a construção de novos espaços ao mesmo tempo, muitos estudantes que ingressaram e os que já estavam nas universidades se depararam com um grande canteiro de obras e estruturas necessárias que só seriam concluídas posteriormente. Na UFC, temos o exemplo do Instituto de Cultura e Arte, que teve suas obras paradas, enquanto estudantes necessitavam de laboratórios e bibliotecas para dar continuidade na sua formação.

Ainda sobre a UFC, cabe o destaque do fato de que o número de moradias universitárias é incompatível com o crescimento das vagas, comprometendo sobremaneira a tão acelerada mobilidade estudantil.

Esse não foi o único caso, pois, em todo o Brasil, há relatos de falta de estrutura mínima para os estudantes, como o que aconteceu na Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), onde estudantes do curso de Odontologia deflagraram greve em 2011, pois após a adesão ao REUNI, as turmas estavam superlotadas como, também, faltavam materiais básicos como soro e gaze. As turmas do curso de Odontologia cresceram em torno de 50%, porém a estrutura do curso não foi modificada, acarretando a lotação das salas e laboratórios (OLIVEIRA, 2013).

Um caso também emblemático sobre a expansão apressada realizada pelo REUNI ocorreu na Universidade Federal Fluminense (UFF), no Polo Universitário de Rio das Ostras, criado um pouco antes do REUNI, em 2004, junto a uma parceria com a prefeitura. A expansão de sua estrutura universitária se deu graças ao REUNI, porém, os recursos destinados às obras acabaram em 2010 e, mesmo com a falta de recurso e espaços adequados, as aulas continuaram a ser ministradas, dessa vez, em contêineres, que também abrigavam as salas de professores e o almoxarifado. O resultado de todo esse improvisado foram: insalubridade, falta de espaço adequado para o trabalho pedagógico e a inexistência de laboratórios para atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além desses fatores, o Polo não possui restaurante universitário. Esses e muitos outros casos ocorreram em diversas universidades no período de implantação do REUNI, alguns perduram até hoje, pois, com o fim do programa, os recursos não foram suficientes para a conclusão das obras (OLIVEIRA, 2013).

Como o REUNI tinha como meta não somente a expansão de vagas, como também, o melhor aproveitamento das mesmas, o programa viu a necessidade de uma melhoria na assistência estudantil, já que, para o sucesso do REUNI, seria necessário ampliar as vagas e conseguir manter o estudante na universidade sem que o mesmo abandonasse o curso escolhido<sup>4</sup>.

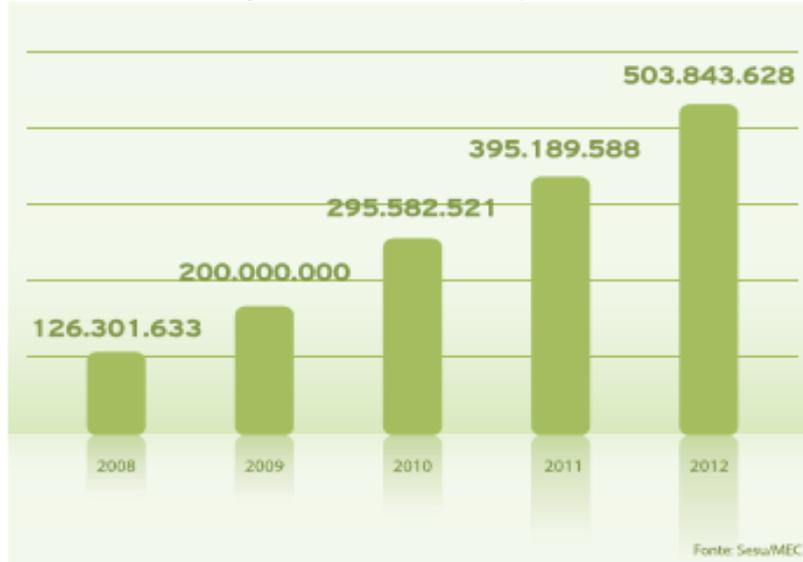
A partir da perspectiva de permanência estudantil, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), estabelecido pelo decreto nº 7.234 de 2007, que tem como objetivo promover a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social nas universidades federais e viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico.

O Pnaes começou a entrar em vigor a partir de 2008. No Gráfico 6, temos os números dos recursos destinados ao programa.

---

<sup>4</sup> Reforçamos o fato de que, na medida em que o REUNI se alinha aos pressupostos neoliberais, a questão da permanência do estudante é fundamental para o êxito do programa, já que sua evasão gera desperdício de recursos públicos, comprometendo, assim, a capacidade de otimização de gastos sociais do Estado.

**Gráfico 4** - Recursos orçamentários do Pnaes para as universidades federais de 2008 a 2012



Fonte: MEC

No período de 2008 a 2012, o número de recursos destinados ao Programa teve um aumento de aproximadamente 300%, evidenciando que o REUNI, para consolidar suas metas, também visou a permanência dos estudantes de baixa renda dentro da universidade, ampliando a assistência estudantil para o seu sucesso acadêmico. Visto que o Pnaes contemplava as dimensões de moradia estudantil, transporte, assistência à saúde, a inclusão digital, a cultura, o esporte, a creche e o apoio pedagógico. Nesse sentido, o Programa possibilitou a ampliação das políticas de assistência estudantil para além das ações específicas de ajuda aos estudantes.

Diante dos números e dos fatos expostos, o REUNI sempre foi um tema de muita discussão e incertezas sobre o seu impacto negativo ou positivo sobre as universidades. Os órgãos de administração e reitorias sempre defenderam o REUNI pelo fato do aumento de repasse nos recursos para as universidades. Já parte dos professores, técnicos e estudantes não veem com bons olhos o programa, pois entendem que se trata de uma política de precarização do ensino e do trabalho, além de rebaixar a proposta de ensino universitário para mais próximo ao nível de técnico.

Os professores, servidores e estudantes realizaram uma intensa luta contra a aprovação do REUNI nas universidades, foram mais de dois meses de movimentação e debate sobre as consequências do programa sobre a universidade.

As universidades de Rondônia, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Ceará, Sergipe, Pernambuco e Santa Catarina foram ocupadas em apenas um mês contra o REUNI.

Porém, não foi fácil a luta contra as burocracias universitárias, que se utilizaram de diversas manobras e táticas para aprovar o REUNI em seus conselhos de pouca representatividade. Casos, como na Universidade Federal de Goiás, em que o Conselho foi transferido para outro prédio ao lado da Polícia Federal e, em Rondônia, o conselho foi transferido para outro prédio sob forte aparato policial. No Rio de Janeiro, duas universidades foram invadidas pela Polícia Federal, que ameaçaram os estudantes das ocupações (PRIETO, 2007).

Na UFC, o cenário de hostilidade aos estudantes que eram contra a adesão ao REUNI não foi diferente. Em 25 de outubro de 2007, os estudantes que tentaram participar do Conselho foram violentamente agredidos pelos seguranças e o reitor encaminhou a aprovação do projeto para outro local, sendo que nem mesmo o projeto do REUNI havia sido lido pelos conselheiros. Após a aprovação arbitrária por parte da reitoria os estudantes ocuparam o local (PRIETO, 2007).

O que ocorreu na UFC não foi diferente no resto do país. Em diversos estados como, Rio de Janeiro, Sergipe, Santa Catarina, Pernambuco, Paraná, Goiás, Bahia, São Paulo e Espírito Santo, o modo de atuação foi semelhante, muita repressão contra os estudantes, que não aceitavam o projeto do REUNI. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a reitoria tinha a seu favor o Diretório Central dos Estudantes (DCE) ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE), que defendia o projeto do REUNI em todo o país (PRIETO, 2007).

## **2 REUNI E A PSEUDOVALORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: A AGUDIZAÇÃO DO EMPRESARIAMENTO DO ENSINO**

Neste ponto, procuramos evidenciar como o REUNI apresenta-se como uma falsa política de valorização das universidades brasileiras. Para isso, se faz necessário contextualizar a política educacional implementada alguns anos antes do REUNI, como, também, fazer a análise do seu projeto e o modelo de universidade que o mesmo propõe, comparando com a experiência de reestruturação universitária europeia e com o modelo de universidade proposto pelo Banco Mundial.

Lima (2011) lista uma série de decretos, leis e medidas provisórias que reformulam o ensino superior, afetando seu caráter e tornando cada vez mais um espaço de parceria-público privada e aprofundando seu empresariamento. Dentre as principais medidas, podemos citar:

A criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), Lei n. 10.861/2004;

O Decreto n. 5.205/2004, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado, viabilizando a captação de recursos privados para financiar as atividades acadêmicas;

A Lei de Inovação Tecnológica n. 10.973/2004, que trata do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas;

A política de educação superior à distância, especialmente a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil, Decretos n. 5.800/2006 e 5.622/2005.

Ferreira e Oliveira (2010, p. 59) destacam que

A reforma da educação superior no Brasil, principalmente no governo Lula (2003-2010), vem permitindo certa aproximação, apesar da especificidade do país, com o movimento de transformação desse nível de ensino no plano global e, logo, com a nova dinâmica introduzida pelo Processo de Bolonha, pois verifica-se, dentre outras: a) centralidade dos sistemas de avaliação e regulação, que promove maior ranqueamento e a competitividade entre as IES; b) maior incentivo à parceria universidade - setor produtivo; c) adoção de mecanismos de gestão estratégica ou gerencial; d) diversificação de cursos e de IES; e) estabelecimento de metas para ampliar vagas, aumentar a relação professor-aluno e diminuir o custo-aluno nas universidades públicas federais; f) ampliação dos cursos e das vagas mediante educação superior a distância; g) criação e ampliação de sistemas de concessão de bolsas para estudantes pobres em IES privadas (FERREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 59).

Os autores ainda destacam que tais medidas estão em consonância com os eixos condutores da reforma neoliberal do Estado Brasileiro<sup>5</sup>, propostos tanto por Bresser Pereira no governo FHC e por Paulo Bernardo no governo Lula. As medidas visam o fortalecimento do empresariamento da educação superior, a implementação das parcerias público-privadas e a operacionalização dos contratos de gestão.

---

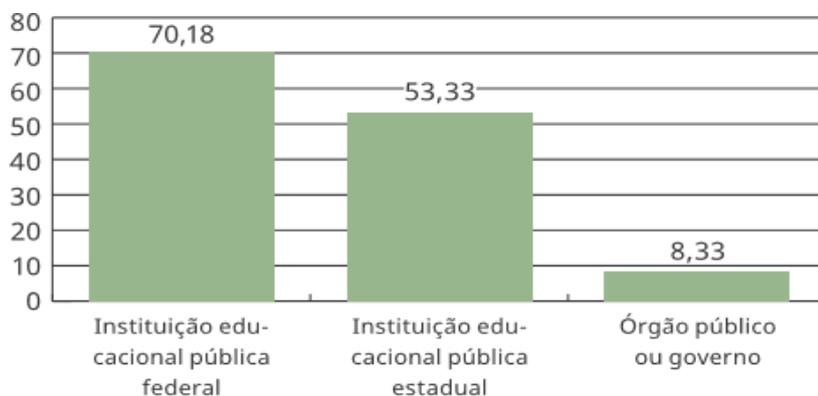
<sup>5</sup> Atualmente, no processo de elaboração dessa pesquisa, vale destacar que a onda reformista ganha contornos ainda mais evidenciados a partir das medidas de ataque aos direitos trabalhistas, previdenciários e à própria educação conduzidas pelo governo ultraliberal de Michel Temer. Como reflexo dos ataques à Educação, podemos destacar o corte de verbas destinados as Universidades. A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) sofre com o corte de 40% no seu orçamento, por conta disso, os salários dos trabalhadores terceirizados estão atrasados. Fonte: <http://reporternordeste.com.br/blogs/odilonrios/era-temer-ameaca-fechar-maior-universidade-de-al-no-2o-semester/> Acesso em: 05 jul 2017.

Com a execução de tais medidas, estava claro que a implementação do REUNI seria mais um programa de cunho neoliberal e articulado com os interesses dos organismos multilaterais. Essa hipótese se confirma quando analisamos as diretrizes do Banco Mundial, contidas no documento *Higher education: the lessons of experience* (Educação Superior: as lições da experiência). As recomendações presentes nos documentos propõem que,

[...] entre outras coisas, uma muito maior diferenciação institucional e diversificação de fontes de manutenção da educação, incluindo o pagamento pelo aluno das IES públicas; que considerava a universidade de pesquisa (neo-humboldtiana) inadequada para os países em desenvolvimento e em seu lugar propunha a adoção da universidade de ensino (sem pesquisa); que recomendava às autoridades que ficassem “atentas aos sinais do mercado”, aprovava-se, em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Esta lei, aprovada como uma espécie de “guarda-chuva jurídico”, possibilitou a edição de diversos decretos normalizadores imbuídos do espírito dessas recomendações. Entre eles, destaca-se o Decreto n. 2.306, de 19 de agosto de 1997, que reconhecia a educação superior como um bem de serviço comercializável, isto é, como objeto de lucro ou acumulação; uma mercadoria ou a educação-mercadoria, de interesse dos empresários da educação, que viria se completar com seu par gêmeo de interesse de todos os empresários dos demais ramos industriais ou comerciais, a mercadoria-educação (SGUISSARDI, 2008, p. 1000-1001).

Algumas dessas medidas foram seguidas à risca e implementadas com grande sucesso, como já destacamos anteriormente, mas cabe um destaque na proposição de uma universidade sem pesquisa, que parece ser o grande foco do REUNI ao propor o aumento de alunos por professor, prejudicando as atividades de pesquisa e extensão, dando um maior foco ao ensino. A ausência da pesquisa se faz principalmente por meio da EAD, que, por conta das limitações físicas, torna-se praticamente uma modalidade educacional com o foco no ensino, como podemos observar no Gráfico 5.

**Gráfico 5** - Número de instituições federais e estaduais que ofertam cursos a distância – Ano 2015.



Fonte: Associação Brasileira de Educação à Distância.

Há em torno de setenta instituições federais que ofertam cursos a distância. De acordo com o censo realizado em 2015, a maior parte das matrículas ainda está concentrada na rede privada com cerca de 90% dos alunos. Em relação a 2014, o número de alunos cresceu cerca de 17,4%.

Léda e Mancebo (2009) sobre as diretrizes estabelecidas pelo REUNI afirmam:

Nas “Diretrizes” ocorre uma única menção à palavra extensão ao se referir às “Políticas de extensão universitária”, como uma dimensão do compromisso social da instituição. Sem meias palavras: a expansão desejada e ‘financiada’ é só para o ensino, seguindo antigas lições do World Bank (1994), que além de condenarem a predominância das universidades de pesquisa (humboldtianas) – uma realidade que nunca existiu no sistema de educação superior brasileiro – propunham as universidades (!!!) de ensino (que se ocupariam do ensino ou da formação neoprofissional), mais adequadas aos países com déficit público crônico. Em síntese, o processo de reforma em curso para as IFES implica, por um lado, regredir ou, no mínimo, congelar, o nível científico e técnico da universidade brasileira, sucateando-a e precarizando-a, no geral e, por outro, manter e ampliar os centros de excelência, em determinadas áreas específicas, de acordo com os interesses do capital financeiro, como as relativas a commodities, por exemplo, para o desenvolvimento de tecnologia de cana, de minérios, petróleo, biocombustível, dentre outros (LÉDA; MANCEBO, 2009, p. 55).

Com o modelo universitário priorizando o ensino, temos, como consequência, uma intensificação do trabalho docente, pois o número de alunos aumenta e, além disso, as pesquisas e projetos de extensão continuam sendo realizadas pelos docentes.

Assim, seu rol de atividades é extenso e sua carga de trabalho se estende para além dos muros das instituições, da carga horária de oito horas diárias, da semana de cinco dias, com a produção de diversos tipos de doenças, desânimo, cansaço, ansiedade, visto que em cada trabalhador, conforme graus diferenciados, sempre existem limitações corporais e subjetivas no

enfrentamento desse ritmo de trabalho. Com a reforma proposta, deve-se acrescentar a esse quadro, o sobretrabalho que poderá advir da multiplicação de estudantes sob sua responsabilidade, bem como o desgaste de um cotidiano sem sentido[...] (LÉDA; MANCEBO, 2009, p. 58).

Esse quadro de transformação da universidade em uma instituição que privilegia o ensino é intensificado a partir da Portaria Interministerial MEC/MPOG nº 22, de 30 abril de 2007, que tem por objetivo a criação de um banco de professores substitutos, que é composto por professores efetivos e substitutos em exercício na universidade. O governo avalia tal medida como um grande avanço, podendo estender esse mecanismo a outros setores do governo (LÉDA; MANCEBO, 2009).

Leher e Lopes (2008) criticam o fato de

[...]A proliferação de professores substitutos cujo trabalho é pessimamente remunerado, desprovido de direitos trabalhistas, pressupõe longas jornadas de trabalho (docentes jovens requerem mais tempo para preparar os cursos), em prejuízo de seus cursos de pós-graduação. Ademais, o trabalho desses professores é centrado na sala-de-aula, desvinculado da pesquisa e da extensão, assim como das decisões sobre a instituição. As conseqüências dessa precarização atingem também os professores efetivos que ficam mais sobrecarregados em termos de comissões departamentais, orientações de monografia, mestrado e doutorado, orientação de bolsas tipo PIBIC, bancas etc (LEHER; LOPES, 2008, p. 17).

Para Antunes (2009), a proliferação do trabalho precarizado é a nova face do proletariado do século XIX. Atualmente, é cada vez maior o número de trabalhadores que não possuem direitos trabalhistas e vendem-se por trabalhos temporários, basta olhar o crescente número de professores substitutos que atuam na educação, sem nenhum direito trabalhista. Essa tendência cresce por conta do caráter destrutivo do capital em sua atual fase regida pela lógica neoliberal de flexibilização e desregulamentação. A agudização desse processo atualmente está presente com a ampliação do processo de terceirização e com o corte de verbas para a saúde e a educação através da PEC 55. Dessa forma, a tendência é um aumento de substitutos nas IES públicas, característica presentes em outras esferas como no Estado e Município.

Tais medidas advindas do REUNI mudam o caráter da universidade quanto ao trabalho docente, já que, esses professores não podem

[...] assumir cargos administrativos, desenvolver e/ou orientar pesquisas, submeter e coordenar projetos. Tudo isso leva a um comprometimento do trabalho institucional-acadêmico como um todo, pois um número cada vez

menor de professores efetivos terá que acumular essas tarefas. (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, 2007a, p. 28).

Dessa maneira, fica claro que o objetivo do REUNI é transformar a universidade em uma instituição de ensino, de maneira semelhante às instituições particulares. Em troca disso, as universidades se submetem a essa lógica para angariar algumas verbas adicionais para a instituição, sem mensurar as consequências do programa que baixa a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão ofertadas pelas universidades públicas.

Além da ampliação do número de alunos, alegando-se uma democratização do ensino superior, outra medida polêmica do REUNI refere-se à formação de ciclos, denominados bacharelados interdisciplinares. A ideia é que o aluno entre na universidade e tenha uma formação universitária geral, antecedendo a formação profissional da graduação. Na justificativa para a implantação de tal medida, argumenta-se que o modelo contribui para que o aluno evite a escolha precoce do curso, já que o mesmo deve fazer essa escolha após a conclusão do bacharelado, que tem duração de três anos. Outra justificativa seria oferecer maior flexibilidade ao aluno na definição do seu currículo, ofertando diversas disciplinas optativas, o que, de acordo com o reitor da UFBA, Naomar de Almeida, ajudaria a reduzir a evasão e possibilitaria uma maior empregabilidade. A materialização dessa proposta se deu em 2009 com a implementação dos Bacharelados Interdisciplinares na UFBA. Para se ter uma ideia da dimensão que a proposta tomou, a UFBA possui quatro grandes áreas de bacharelados divididas em Artes, Ciência e Tecnologia, Humanidades e Saúde. Atualmente, a UFBA conta com mais de cinco mil estudantes em seu programa de Bacharelados Interdisciplinares (BI's).

Leher e Lopes (2008) criticam esse novo modelo curricular apontando que

Essa universidade minimalista, nos termos da proposta original da UN, poderia comportar dois ciclos de graduação, o primeiro genérico, rápido, em grandes áreas, notadamente por meio de cursos semipresenciais. Nesses Bacharelados Interdisciplinares a relação professor-aluno poderia alcançar 1: 40 e até mesmo 1:80 em alguns cursos. O segundo ciclo de graduação, voltado apenas para os "talentosos" que sobrevivessem ao gargalo da avaliação (algo como um ou dois em cada dez, em vários países), a relação docente/ estudante poderia se estabilizar em 1:40. No caso do REUNI, mais realístico, a relação para o curso básico poderia ser de 1:18, aumentando o número de matrículas entre 50% e 120%, dependendo da instituição e do curso, sem a contrapartida de recursos relevantes (LEHER; LOPES, 2008, p. 19).

Léda e Mancebo (2009) destacam que tal discurso se assemelham bastante com as críticas feitas por Duarte (2003):

[...]nos remete às críticas levantadas por Duarte (2003, p. 11) aos quatro posicionamentos valorativos contidos no lema “[...] aprender a aprender [...]”: o primeiro posicionamento considera mais desejável o processo de aprendizagem que o indivíduo realiza sozinho, pois somente dessa forma se produziria a sua autonomia; o segundo ressalta que a metodologia desse processo deve ser desenvolvida pelo próprio indivíduo; o terceiro aspecto é o que considera primordial na condução do processo de aprendizagem, as necessidades e interesses do aluno, acentuando o aspecto funcional da educação e, por fim, o quarto posicionamento valorativo traz a ênfase para uma educação que esteja em sintonia com a sociedade do conhecimento. “Aprender a aprender é, pois, [...] um lema que sintetiza uma concepção educacional voltada para a formação, nos indivíduos, da disposição para a constante e infatigável adaptação à sociedade regida pelo capital” (LÉDA; MANCEBO, 2009 p. 56 *apud* DUARTE, 2003, p. 11).

Como já destacado anteriormente, a ideia dos bacharelados interdisciplinares é se igualar ao modelo Europeu de universidade, assim como o Banco Mundial planejou e vem ganhando adesão em âmbito mundial. Vale destacar que o processo de implantação ocorrido na Europa é bem diferente do Brasil, uma vez que o modelo europeu vem constantemente sendo avaliado, enquanto o modelo implantado aqui no Brasil foi imposto de maneira arbitrária e não possui nenhuma continuidade, restando às universidades ampliarem o número de vagas sem nenhuma garantia de investimento por parte do governo durante todo o programa ou tal investimento está submetido à lógica empresarial de atingir as metas para receber as verbas do programa.

A confirmação dos problemas acarretados pelo REUNI foram expressos durante a greve de 2012, na qual os docentes exigiam melhorias nas condições de trabalho, sendo que mais de cinquenta instituições aderiram à greve e, em muitas delas, o REUNI foi citado como o causador da destruição da universidade pública. Entre as principais críticas expressas em assembleias e documentos produzidos pelos docentes, está o elevado número de alunos, sem o necessário aumento no número de servidores e docentes, além das críticas quanto às estruturas dos prédios, que não foram entregues no devido prazo estabelecido (MANCEBO *et al*, 2015).

A lógica empresarial representada pelo REUNI não se encerra nessas questões, suas medidas também visam a modificação da maneira como as universidades públicas são gerenciadas. Como destaca Sousa *et al* (2011), o

governo se utiliza da Emenda Constitucional nº. 19, de 1998, que institui:

[...]a autonomia gerencial, orçamentária e financeira da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.

A partir dessa perspectiva, as universidades passam a seguir uma visão empresarial, na qual, são regidas por contratos de gestão, avaliadas por índices de produtividade e estruturada para ser flexível.

A partir dessa nova lógica Chaves e Mendes, (2009) criticam que

[...]institucionaliza-se um novo ethos acadêmico, no qual critérios de produtividade e eficácia organizacional sobrepõem-se aos objetivos da instituição social caracterizada pela universalidade na produção e transmissão da experiência cultural e científica da sociedade, pela liberdade de discussão e espírito crítico, para configurá-la como organização social, prestadora de serviços, com estrutura de gestão para arbitragem de contratos (CHAVES; MENDES, 2009, p. 53).

O governo, ao aderir a essa lógica empresarial de adoção de contratos de gestão e metas para as universidades cumprirem, tem, como objetivo, ampliar, de forma intensa, o número de ingressantes nas universidades, fato também expresso quando o REUNI estabelece a estratégia de redução da evasão e repetência. Destarte, as medidas adotadas pelo governo têm como fim que as universidades sejam mais flexíveis, que tenham uma maior mobilidade estudantil e adotem um maior número de alunos novos, evitando que vagas ociosas (FERREIRA, 2010).

No que se refere à dotação de recursos para a expansão das IFES nos moldes das pretensões do MEC (dobrar o quantitativo de vagas na rede pública federal e, até 2011, matricular 30% dos jovens de 18 a 24 anos na universidade, conforme prevê o PNE), o REUNI prevê apenas um acréscimo de até 20% dos recursos para despesas de custeio e pessoal das IFES, condicionado a verba orçamentária do MEC, conforme as metas projetadas pelas IFES e de acordo com as metas globais do REUNI. Em termos numéricos, o governo pretende o acréscimo de 318 mil novos alunos, dispendo apenas de 2,07 bilhões até 2012. Nesse aspecto se percebe uma grande fragilidade do Programa, pois, além de não ampliar de forma significativa os recursos das IFES, em comparação com as metas propostas, condiciona o repasse de recursos às verbas orçamentárias do MEC, o que não garante a efetiva continuidade do programa, dada a tendência de redução anual dos recursos do Ministério da Educação (FERREIRA, 2010 p. 05).

A autora destaca bem o fato de o REUNI ser um programa que não possui uma continuidade certa e, além disso, expressa uma política de racionalização dos recursos públicos. Como demonstrado, as verbas destinadas não cobrem a proporção de alunos e outros gastos adquiridos a partir da implantação do programa nas universidades. As consequências desse processo estão expressas desde a

flexibilização dos currículos, adoção do ensino a distância como uma forma de baratear as despesas e atender um número maior de alunos, a intensificação do trabalho docente, principalmente, com foco no ensino e as debilidades referentes à estrutura física da universidade, que não estava preparada para atender com qualidade a uma maior demanda de alunos, resultando em uma baixa qualidade de ensino.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial da União. Brasília (DF), 25 abr. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20072010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6096.htm)>. Acesso em: 11 abr. 2018

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiO7-y->> Acesso em: 15 fev. 2018.

FERREIRA, Suely; DE OLIVEIRA, João Ferreira. As reformas da educação superior no Brasil e na união europeia e os novos papéis das universidades públicas. Nuances: estudos sobre Educação, São Paulo, UNESP, v. 17, n. 18, Pag. 11-22, mar. 2010.

INEP. Censo da educação superior 2012: resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.

INEP. Censo da educação superior 2013: resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015.

INEP. Censo da educação superior 2014: resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016.

INEP. Censo da educação superior: 2007 – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

INEP. Censo da educação superior: 2010 – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

INEP. Censo da educação superior: 2011 – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. **REUNI**: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. Educação & Realidade, Rio Grande do Sul, UFRGS v. 34, n. 1, p. 49-64, 2009.

LEHER, Roberto; LOPES, Alessandra. Trabalho docente, carreira, autonomia universitária e mercantilização da educação. In: MANCEBO, Deise; FERREIRA, João Oliveira de, SILVA JR, João dos Reis, **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**, São Paulo, Alínea, 2008, pp. 22-50.

LIMA, Kátia Regina Rodrigues; FERREIRA, Emmanoel Lima. **PROUNI, REUNI E ENEM: Peças do Mosaico da Contrarreforma da Educação Superior do Governo Lula da Silva**. In: MENEZES, Ana Maria Dorta de; BEZERRA, José Eudes Baima; SOUSA JUNIOR, Justino de et al (Org.). **Trabalho, educação, estado a e a crítica marxista**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. pp.351-377

OLIVEIRA, Fred. Problemas extrapolam a infraestrutura e avançam sobre os direitos trabalhistas. **Dossiê Nacional: Precarização das condições de trabalho I**, Brasília, v. 1, n. 1, pp. 09-20, abr. 2013.

PRIETO, José Ricardo. Derrota da gerência FMI-PT: REUNI é reprovado pelos estudantes. **A Nova Democracia**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 01 dez. 2007. Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-38/80-derrota-da-gerencia-fmi-pt-reuni-e-reprovado-pelos-estudantes>>. Acesso em: 20 abr. 2018

SGUISSARDI, Valdemar. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária**. Educação & Sociedade, São Paulo, UNICAMP, v. 29, n. 105, p. 991-1022, abr. 2008.

Site:

iqTRAhXGf5AKHRPEC4wQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Fd ocman%2Fjaneiro-2013-pdf%2F12386-**analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf**&usg=AFQjCNEiRd9\_XmCy0argSnf3nyL2q\_NaRA>. Acesso em: 15 fev. 2018.